

Um Modelo para Explicar as Coligações Eleitorais para a Câmara Federal Brasileira (1998-2006)

Umberto Guarnier Mignozzetti (USP)¹

Manoel Galdino (USP)²

Rodolpho Talaisys Bernabel (USP)³

RESUMO: *Neste trabalho analisamos algumas das principais hipóteses da literatura brasileira sobre coligações eleitorais, com base nas experiências do período de 1998 a 2006. Construímos um modelo no qual as principais referências sobre os incentivos eleitorais de se entrar em uma coligação (Lima Jr, 1983; Lavareda, 1999; Nicolau, 1996) foram agrupadas com uma perspectiva ideológica das coligações (Carreirão, 2002; Dantas e Praça, 2004; Dantas, 2007). Testamos então a capacidade preditiva do modelo sobre as coligações que se formaram no período de estudo de nosso trabalho. A inovação do modelo está em englobar uma perspectiva ideológica com uma perspectiva estratégica focada em incentivos, mostrando que ambas podem coexistir no entendimento das estratégias partidárias.*

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre coligações e alianças⁴ eleitorais no Brasil têm mostrado vigoroso desenvolvimento desde o período de 1946 até o período democrático atual. Uma soma grande de trabalhos vem tentando

¹ Doutorando em Ciência Política. Pesquisador do Centro de Estudo das Negociações Internacionais (CAENI), Departamento de Ciência Política – Universidade de São Paulo. Pesquisador financiado pela FAPESP, bolsa número 2009/54293-3.

² Doutor em Ciência Política. Pesquisador do Centro de Estudo das Negociações Internacionais (CAENI), Departamento de Ciência Política – Universidade de São Paulo.

³ Doutorando em Ciência Política. Pesquisador do Centro de Estudo das Negociações Internacionais (CAENI), Departamento de Ciência Política – Universidade de São Paulo.

⁴ Os termos alianças e coligações são usados como sinônimos neste trabalho.

explicar as motivações, incentivos e racionalidade dessas alianças, que consiste, de maneira simplificada, na união formal de dois ou mais partidos para efeito de contagem de votos e alocação das cadeiras no interior da aliança (para a definição jurídica precisa, ver Lei 9.504 de 1997).

Neste trabalho buscamos contribuir com a literatura, através da realização de dois objetivos centrais. O primeiro consiste em testar as hipóteses centrais da literatura especializada, a luz dos dados disponíveis para os anos de 1998 a 2006, utilizando análise estatística que nem sempre esteve disponível aos trabalhos anteriores. O segundo objetivo é construir um modelo em que, tomando as principais variáveis usadas na literatura sobre coligações, procuramos explicar os diferentes padrões de coligação que emergem em nível agregado. Em uma palavra, exploramos quais as principais covariáveis que contribuem para entender por que partidos se coligam e quais os determinantes do que chamamos de profundidade de coligações, ou seja, o número de partidos em uma coligação.

Propomos no trabalho um modo de conectar algumas das principais hipóteses propostas na literatura nacional. Agregamos nesse texto as contribuições sobre a utilidade para os partidos políticos das coligações, o aspecto ideológico das coalizões realizadas, os ganhos ou perdas relativos em se coligar ou não, entre outros fatores, em um modelo onde cada um dos incentivos captados seria formalizado por via de testes de hipóteses, que seriam sugeridas pelos modelos mais estabelecidos da literatura sobre coligações.

A estrutura do trabalho é a seguinte. Na primeira seção faremos uma revisão dos principais trabalhos que tratam de coligações eleitorais. Focaremos mais detidamente nas hipóteses que baseiam nosso trabalho,

no caso, as obras de Soares (1964), Lima Jr (1980), Nicolau (1996), Lavareda (1999), Schmitt (1999 e 2005), Carreirão (2006) e Dantas (2007). Ainda nesta seção, vamos discutir um pouco do que chamamos de "restrições institucionais", ou seja, as regras eleitorais que disciplinam as coligações nas eleições brasileiras.

Na seção seguinte testaremos cada uma das hipóteses sugeridas pela discussão anterior, ou seja, testaremos principalmente hipóteses de cunho institucional (relação entre coligações e magnitude do distrito, verticalização), que tem relação com a força eleitoral dos partidos (força medida por votos na legenda, votos totais e fundo partidário) e as que se relacionam com o que Soares chama de resistência ideológica (apud Schmitt, 2005, p. 13), ou seja, a distância dos pontos ideais dos partidos, e a variação dos pontos ideais nas coligações⁵.

Como corolário dessa discussão, vamos construir um modelo de regressão que integre todas as hipóteses elencadas na seção anterior visando explicar, tanto a chance de um partido se coligar (regressão logística), quanto os determinantes da profundidade média das coligações (regressão Poisson). A motivação principal é o fato de que não é possível mensurar os efeitos reais de cada estratégia isoladamente. Devemos montar um modelo multivariado que mostra enfim, o quanto cada uma das variáveis adiciona na explicação da probabilidade de entrar em uma coligação, bem como na explicação do número de partidos em uma coligação.

Por fim, mostramos na conclusão como as hipóteses se interconectam e como os aspectos ideológicos, muito mencionados nos textos mais contemporâneos, contam muito menos que aspectos

⁵ Pontos ideais seriam os pontos mais preferidos pelos partidos no espaço ideológico.

estratégicos (força de partidos) e institucionais. Ainda assim, isso não exclui a possibilidade de modelos que englobem essas direções, aparentemente conflitantes.

REVISÃO DA LITERATURA

Há várias formas de agrupar a literatura sobre coligações no Brasil⁶. Alguns autores (Schmitt, 2005; entre outros) costumam usar a quebra de períodos democráticos (1946-64 e 1980-presente) para analisar as dinâmicas das alianças, tal como chamavam os autores que trataram do tema no período anterior (ver, por exemplo, Soares, 1964; Lima Junior, 1983; Lavareda, 1999; entre outros).

Outro modo de classificar a literatura é olhar para a motivação dos trabalhos. Dentre as principais motivações, podemos citar trabalhos que estudam as coligações eleitorais buscando uma explicação intrínseca para o fenômeno, ou seja, objetivando explicar fundamentalmente o porquê de os partidos se coligarem (Soares, 1964; Lima Jr, 1983; Lavareda, 1999).

Outras abordam a consistência ideológica das coligações, ou seja, munidos de uma classificação da posição dos partidos no espectro político, tentam analisar a consistência ou não das coligações realizadas (Carreirão, 2006; Dantas e Praça, 2004; Dantas 2007). Ainda no campo axiológico, alguns autores reconhecem as coligações como perniciosas ao sistema político como um todo (apud Dantas, 2007, p. 35). Para estes, a

⁶ Não vamos analisar os textos estrangeiros sobre o tema, pois pouco têm a contribuir com a discussões sobre as coligações. Em geral, os textos estrangeiros estão mais preocupados com a extensão dos momentos de coligação primeiramente e posteriormente de coalizão. No Brasil, ainda que não tenhamos testado, estes momentos parecem pouco dependentes entre si.

dinâmica de coligações nublará a visão do eleitor sobre as políticas defendidas pelos diversos partidos, e assim desvirtuará a idéia de representação política.

Alguns textos ainda podem ser classificados por sua motivação, não de formular uma teoria sobre as coligações ou sobre suas consistências, mas sim, de teorizar sobre os efeitos das coligações sobre o sistema partidário brasileiro. Alguns autores discutem os efeitos das coligações sobre a fragmentação partidária (Nicolau, 1996; Schmitt, 1999; Braga, 2002). Outros autores estudam os efeitos da arena eleitoral na arena legislativa (Miranda, 2009).

Nosso trabalho busca dar explicações para as motivações que os partidos possam ter em se coligarem. Nosso argumento principal é que coligações seriam explicadas por uma mistura de incentivos / restrições institucionais juntamente com motivações de cunho ideológico. Assim, as referências principais para a primeira parte são Lima Júnior (1983); Nicolau (1996); Schmitt (1999 e 2005). Para a segunda parte, Carreirão (2006) e Dantas (2007).

Soares (apud Schmitt, 2005) trabalha com a teoria do esforço mínimo, que segundo Schmitt (2005, p. 13), diz que partidos menores tendem a se coligar mais, pois objetivam conseguir votos suficientes para conseguirem passar o quociente eleitoral (por meio de alianças) e assim eleger candidatos que de outro modo não seriam eleitos⁷.

Para Lima Junior (1983) os partidos tenderiam a se coligar por dois fatores centrais. Primeiramente, porque têm de maximizar o suporte eleitoral – o número de cadeiras que obtêm nos pleitos. Assim, sem

⁷ Ou seja, os partidos não teriam força suficiente para passar o quociente eleitoral sozinhos.

grandes discrepâncias da teoria de Soares, a preocupação dos partidos em maximizar cadeiras nos pleitos proporcionais via alianças entraria incorporado nas teses de Lima Junior (cf. Lima Jr, 1983, p. 62). A segunda consideração de Lima Júnior diz respeito ao problema da inter-relação estratégica entre os partidos nos diferentes pleitos. Considera o autor que um dos principais objetivos dos partidos seria também de derrotar o seu principal oponente (Lima Junior, 1983, pp. 79-81). Desta forma, usaria as coligações estrategicamente, para se fortalecer ou se balancear em força com seus principais rivais nos Estados e em nível Federal.

Em nosso trabalho, consideramos ainda, que os partidos tentam derrotar, como sugere Lavareda (1999, p. 126), seus adversários em nível majoritário. Deste modo, a principal sugestão é de que os partidos que tenham lançando candidatos para os pleitos majoritários, tendam a aproximar de si os pequenos partidos. Fazendo isso, eles estariam maximizando as chances de seu candidato majoritário em troca de fornecer a possibilidade para os pequenos partidos de passar o quociente eleitoral e elegerem alguns poucos candidatos.

Desta forma, um axioma e duas hipóteses auxiliares pode-se derivar a partir da análise até aqui. Primeiro, assumimos que os partidos são maximizadores de cadeiras. Adicionalmente, vemos que o quociente eleitoral forma a principal barreira institucional em suas estratégias (especialmente para os partidos pequenos). Ainda, o raciocínio estratégico incorpora diferentes pesos aos fatores a se maximizar; ou seja, uma cadeira em pleito majoritário teria mais importância que uma cadeira em pleito proporcional.

Nicolau, tratando de período mais recente, levanta ainda algumas hipóteses sobre suas principais explicações para as coligações políticas

(Nicolau, 1996, pp. 75-6). Primeiramente, considera como principais incentivadores de coligações a magnitude do distrito (positivamente relacionada com as chances de coligação) e o tamanho do partido (negativamente relacionado com as chances de coligação). Ainda, considera que coligações, em situação de incerteza eleitoral (principalmente para partidos medianos), é uma estratégia dominante, dado o fato de que os mesmos não considerariam uma perda a priori o fato de se coligarem⁸ (Nicolau, 1996, p. 76). Outro fator importante considerado é o ganho estratégico proporcionado pelo aumento do tempo de TV proporcionado pela aliança.

Nicolau considera também ainda dois fatores importantes: o poder de chantagem, ou seja, o poder de barganha gerado por um partido ao lançar uma ameaça (tomada como crível) de que este se coligaria com um rival eleitoral⁹ (Nicolau, 1996, p. 76). Um último fator diz respeito ao número de candidatos lançados. Como a legislação autoriza os partidos em coligação a lançarem duas vezes o número de cadeiras em disputa (enquanto para partidos sem coligação esse número é 1,5 vezes), os partidos poderiam se coligar tendo em vista lançar mais candidatos e assim maximizarem suas chances eleitorais, via aumento de votos, resultante dessa estratégia (Nicolau, 1996, p. 76).

Em nossa discussão vamos incorporar de Nicolau duas questões centrais. Primeiro (como sugerem os autores anteriormente discutidos) a questão da magnitude eleitoral. Em segundo lugar, a questão da força

⁸ É uma estratégia dominante porque os partidos grandes pouco teriam a perder com a coligação, e ao mesmo tempo, não se coligar poderia representar uma potencial perda ao ceder aliados para os outros partidos.

⁹ Aqui chamamos a atenção do leitor para a proximidade desta consideração com aquela feita por Lima Junior (1983, pp. 79-81) de que partidos se coligam para derrotar seus principais rivais eleitorais.

relativa dos partidos, ou seja, os votos obtidos juntamente com a questão do tempo de TV, que será medida por meio de algumas variáveis (votos obtidos e fundo partidário, que são proxy do tempo de TV).

A hipótese sobre as estratégias de lançamento de candidatos, segundo a qual as coligações seriam uma forma de aumentar o número de candidatos lançados não será discutida em detalhes. Contudo, os dados não corroboram a hipótese em sentido estrito, isto é, os partidos não utilizam as coligações para lançar mais candidatos do que o permitido sem coligação¹⁰.

Schmitt (2005) oferece uma descrição completa das teses que são mais comuns na tentativa de explicar o fenômeno que tratamos neste trabalho¹¹. Mais especificamente chama a atenção para as diferentes teses que permearam a discussão nos períodos que vão de 1946-64 (e textos posteriores que tratam do período) e as teses mais contemporâneas. Em especial, em sua tese de doutoramento, o autor aponta que há mais consistência ideológica nas coligações feitas no período pós-80, que nas antigas alianças da democracia de 1946-64. Ainda, o autor identifica mais consistência nas coligações feitas pelos partidos classificados como de direita, que pelos de esquerda (Schmitt, 2005, p. 23).

Para nossa discussão, sua principal contribuição é a questão da consistência ideológica. Nossa primeira referência natural é a de Soares, que sugere a existência do que ele designou por resistência ideológica, ou seja, tomando por referências as bases eleitorais e sociais de formação dos partidos, Soares considera que para alguns partidos, a chance de

¹⁰ Um exemplo marcante é o do PC do B, que entra em coligações com o PT lançando apenas um candidato. De qualquer forma, o PT não lança seu máximo porque está em coligação. Muitos outros exemplos podem vir à partir da análise dos dados.

¹¹ De fato, para uma revisão da literatura mais completa que a feita neste trabalho, sugerimos o livro organizado por Krause e Schmitt, 2005.

coligarem-se com outros é menor, devido a essa discrepância (apud Schmitt, 2005, p. 13; Carreirão, 2006, p. 141).

Ou seja, está sugerida nessa discussão a possibilidade de os partidos serem punidos, caso desertem de suas bases ideológicas (apud Carreirão, 2006, p. 141). Desta forma, vamos montar uma medida de resistência ideológica (explicada na próxima seção em detalhes) para mensurar esse efeito.

Carreirão, analisando as coligações nas eleições em Santa Catarina, no período de 1986 a 2004, mostra que a coerência ideológica das coligações feitas no período vem caindo com o tempo (Carreirão, 2006, p. 143). Isso sugere que, se pensarmos em coligações como um jogo repetido, os partidos estariam ‘aprendendo’ que os benefícios de se coligarem são maiores, independentemente do tipo de coligação realizada. Um resultado que favorece a hipótese de racionalidade instrumental das coligações.

Dantas e Praça (2004), analisando os padrões de coligação dos pequenos partidos, mostram que coligações inconsistentes ocorrem, mesmo que sob grande resistência por parte de algumas lideranças destes partidos (Dantas e Praça, 2004, pp. 195-8). Os autores argumentam que essas lideranças acabariam tendo pouco poder de influência sobre as decisões das bases eleitorais (Dantas e Praça, 2004, p. 198).

Por fim, Dantas aponta que, em linhas gerais, podemos detectar algum padrão nacional nas coligações realizadas pelos partidos. Ainda assim, esse padrão seria freqüentemente obscurecido por características não-observáveis de cada cidade individualmente (Dantas, 2007, pp. 162-3).

De nosso lado, o problema central fica em como podemos incorporar ideologia a um modelo que busca explicar os incentivos para as coligações? Vamos considerar, com alguma modificação, a idéia de Baron (1994) sobre o comportamento eleitoral. No texto, o autor considera dois tipos de eleitores: os instruídos, que votam ideologicamente e os não-instruídos, mais suscetíveis a estratégias, como gasto de campanha (Baron, 1994). Os eleitores mais escolarizados, que reagem de acordo com sua informação, são menos tolerantes as estratégias em que o partido se afaste de seu ponto ideal visando aumentar sua base eleitoral. Estes eleitores seriam aqueles que ‘punem’ os partidos menos ideológicos. Assim, ideologia entraria como uma segunda dimensão, onde teríamos estratégias de posicionamento político e sinalização, onde coligações ajudariam a sinalizar para os eleitores o verdadeiro posicionamento político do partido.

TESTANDO AS HIPÓTESES SOBRE AS COLIGAÇÕES

Nesta seção vamos então testar a gama de hipóteses colecionadas na seção anterior¹². A unidade de análise dos nossos dados é partido x unidade federativa x eleição¹³. O período considerado são as eleições de 1998, 2002 e 2006, e analisamos apenas as eleições proporcionais para Deputado Federal nesse período.

¹² O banco de dados pode ser solicitado diretamente aos autores para replicações ou uso das variáveis em pesquisas paralelas. Pedimos que, se usado, cite-se, por favor, a fonte. De qualquer maneira, todas as variáveis utilizadas podem ser coletadas no site do TSE. As que não estão nesse site, são transformações realizadas pelos autores.

¹³ Ou seja, no banco de dados, cada caso representaria, por exemplo, *PDT*, do *Acre*, em 1998.

Nossas variáveis dependentes, que buscam mensurar o aspecto coligacionista dos partidos, são duas: i) se o partido se coligou ou não, designada por *coligd*, é uma indicadora que capta se o partido se coligou na Unidade Federativa (UF) no ano em questão¹⁴; ii) a profundidade da coligação, designada por *dptcolig*, ou seja, o número de partidos que compõem uma determinada coligação que participa um partido¹⁵. Assim, para cada partido, numa unidade federativa, numa dada eleição, medimos se o partido compõe coligação, e qual o tamanho da coligação composta.

A primeira variável é mais "clássica", no sentido de que além de mais intuitiva, é mais usada nos estudos. A segunda variável mede uma dimensão muitas vezes negligenciada na literatura: o fato de que é bem diferente se um partido compõe uma coligação com outro partido (***dptcolig* = 2**), do que se ele compõe uma coligação com sete outros partidos (***dptcolig* = 8**)¹⁶. Ao usarmos apenas a indicadora de pertencer ou não a uma coligação, desprezamos este aspecto das coligações, que pode ser de grande importância para entendermos algumas peculiaridades das coligações.

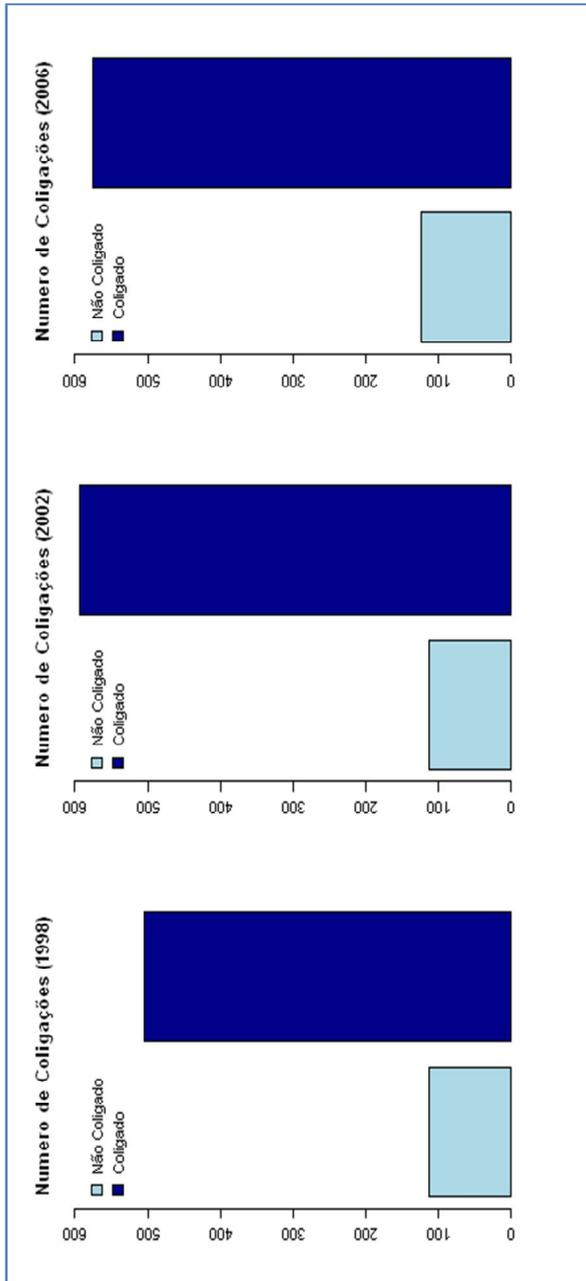
No gráfico abaixo podemos ver a proporção de coligações, para os diversos partidos, ao longo dos três períodos eleitorais.

¹⁴ Vale um quando o partido se coliga e zero caso contrário.

¹⁵ Vale um quando o partido está sozinho, dois quando ele se coliga com outro partido, três quando ele se coliga com dois outros partidos, e assim por diante.

¹⁶ Quando um partido não se coliga com ninguém, *dptcolig* = 1 para o partido.

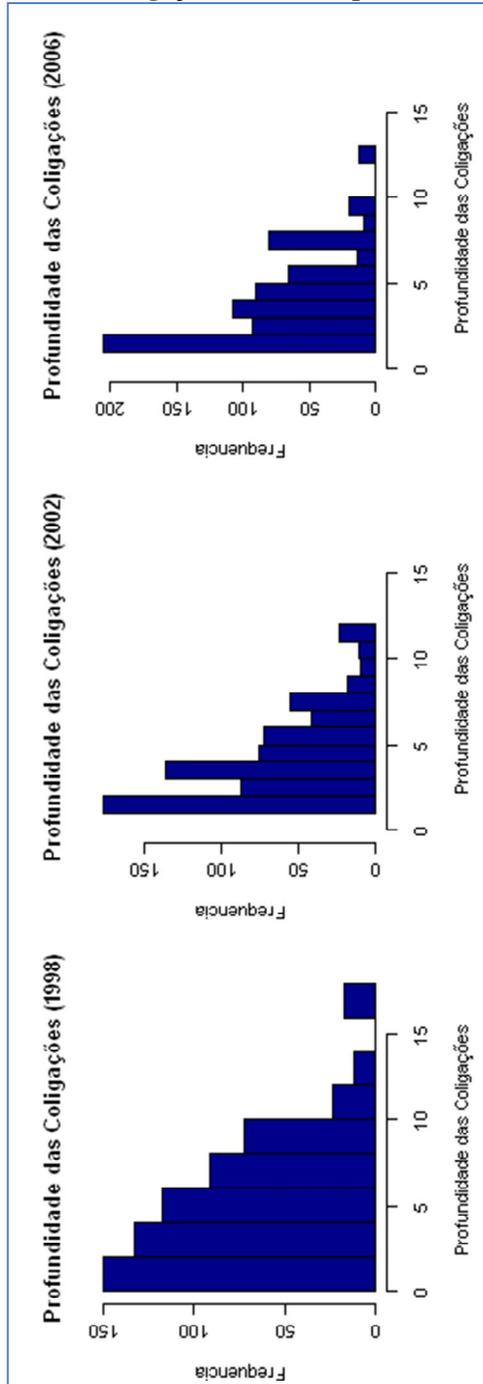
Figura 1
Proporção de coligados e de não coligados



No histograma abaixo, temos a profundidade das coligações no período em questão.

Figura 2

Numero de partidos nas coligações formadas (profundidade de coligações)



A discussão anterior nos sugere a seguinte hipótese:

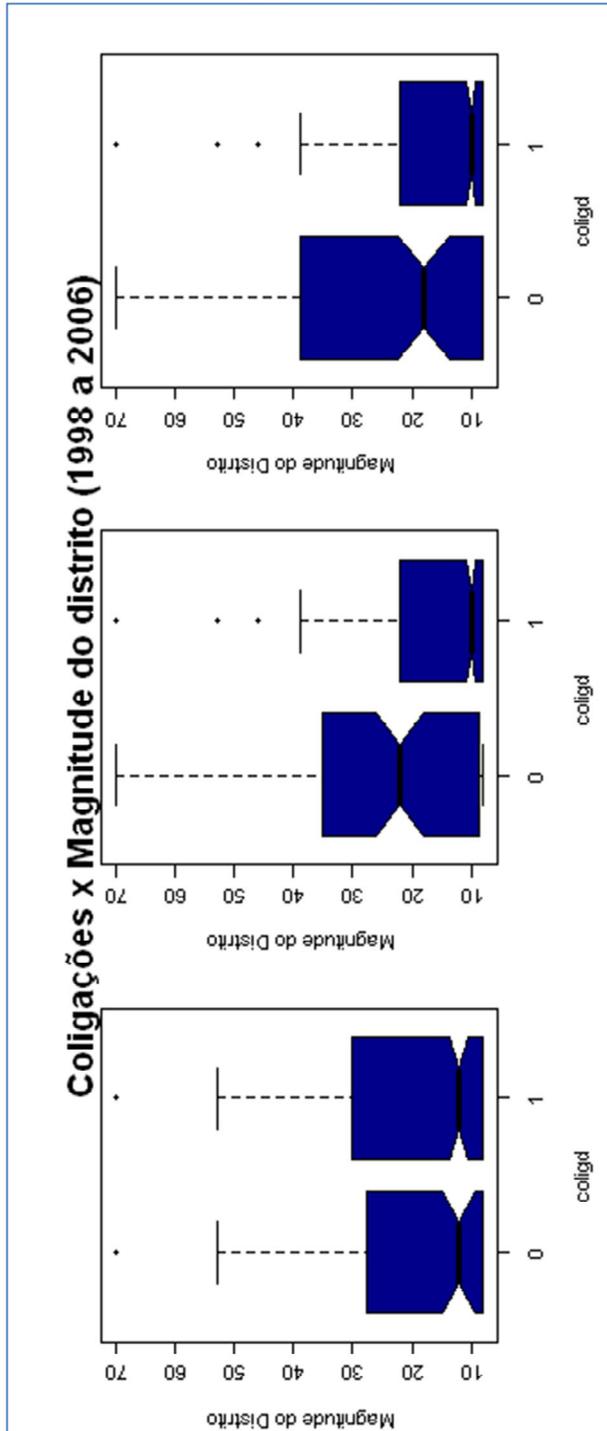
Hipótese 1: Quanto menor a magnitude do distrito, maior a chance de um partido se coligar.

Ou seja, quanto maior a magnitude, menor o esforço necessário ao partido para passar o quociente eleitoral (Fleischer, 2006). É fácil observar que quanto menor a magnitude, mais próximo de um sistema majoritário¹⁷. Dessa forma, segundo a Lei de Duverger, se considerarmos as alianças como um partido único, teríamos menos legendas quanto menor fosse o distrito.

Os gráficos abaixo ilustram o que estamos falando para a proporção e a profundidade das coligações:

¹⁷ Entender o que estamos argumentando requer pensar o termo não como um estado absoluto (o usual), mas um *continuum* onde quanto mais cadeiras em jogo, mais longe de um sistema majoritário estamos.

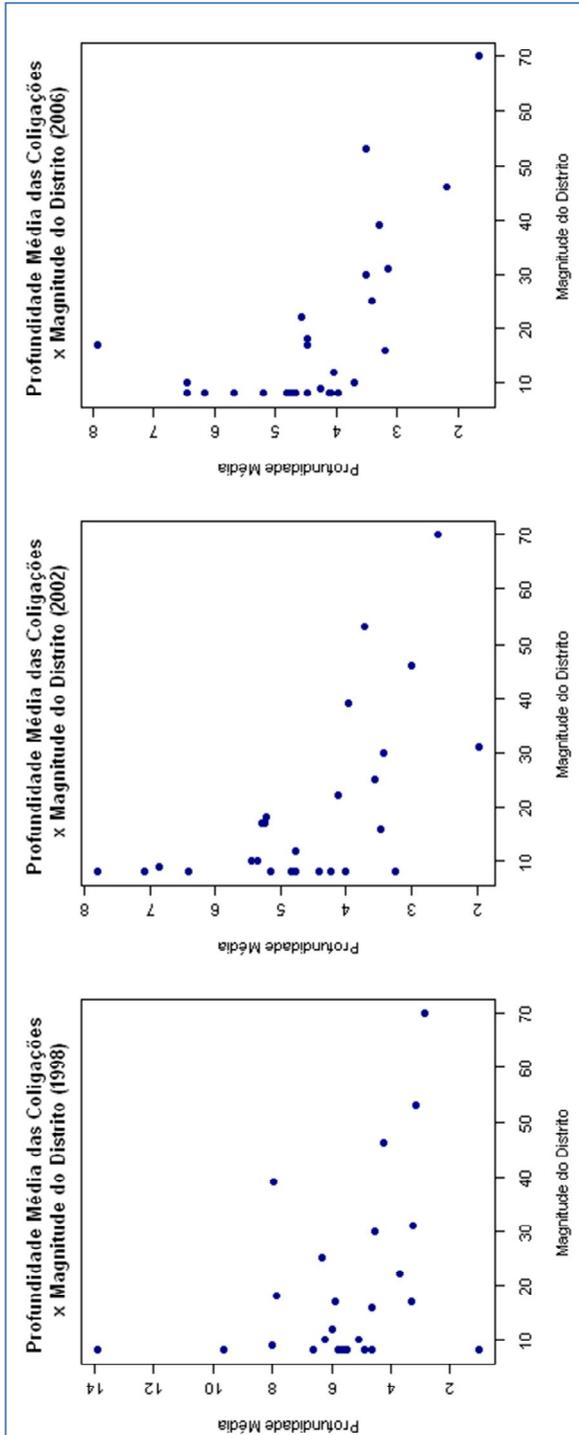
Figura 3
Indicadora de Coligação x magnitude do distrito



Ou seja, como podemos ver, no ano de 1998 não temos diferença significativa para a proporção de coligações com relação à magnitude¹⁸. Acreditamos que pela não-restrição quanto à verticalização, os partidos se coligavam mais, como um todo, que nos outros anos. Entre 2002 e 2006 temos que o padrão se verifica com facilidade (ou seja, é mais freqüente observarmos coligações na medida em que diminuimos a magnitude do distrito).

¹⁸ No primeiro gráfico, temos a magnitude do distrito no eixo y dos box-plots, que estão segmentados por terem ou não se coligado. A saliência no box-plot seria o intervalo de confiança de 95% para a mediana (a barra central do box-plot, que divide os dados, ordenados pela magnitude do distrito, exatamente no meio). Quando as saliências se encontram, no caso do gráfico anterior, não temos evidência para concluir que as magnitudes medianas são diferentes entre os partidos que se coligam e os que não se coligam (caso de 1998). Quando não se tocam (caso de 2002), temos evidência para concluir que elas variam significativamente. No caso, a mediana dos que não se coligam é maior que a dos que se coligam, o que indicaria que quanto maior a magnitude, maior a chance de não se coligar. Para o leitor mais intrigado com esta estatística sugerimos o manual do R 2.10.1. O texto-base para esta estatística é Chambers et al. (1983, p. 62).

Figura 4
Profundidade da Coligação x magnitude do distrito



Quanto à profundidade das coligações, vemos que é sempre decrescente à medida que aumentamos a magnitude do distrito. Ou seja, para todos os anos da série, quanto maior a magnitude do distrito, coligações com menos partidos tornam-se mais freqüentes.

Uma medida também interessante é o coeficiente de esforço (cesf). Esta taxa, sugerida por Fleischer (2006, p. 143), consiste no inverso da magnitude do distrito¹⁹. Segundo este autor, o coeficiente de esforço mediria a proporção de votos que cada partido teria de obter para ultrapassar o quociente eleitoral.

¹⁹ 1/md. Essa taxa sempre existe, dado que a magnitude do distrito (md) sempre é diferente de zero.

Figura 5
Indicadora de coligação x coeficiente de esforço

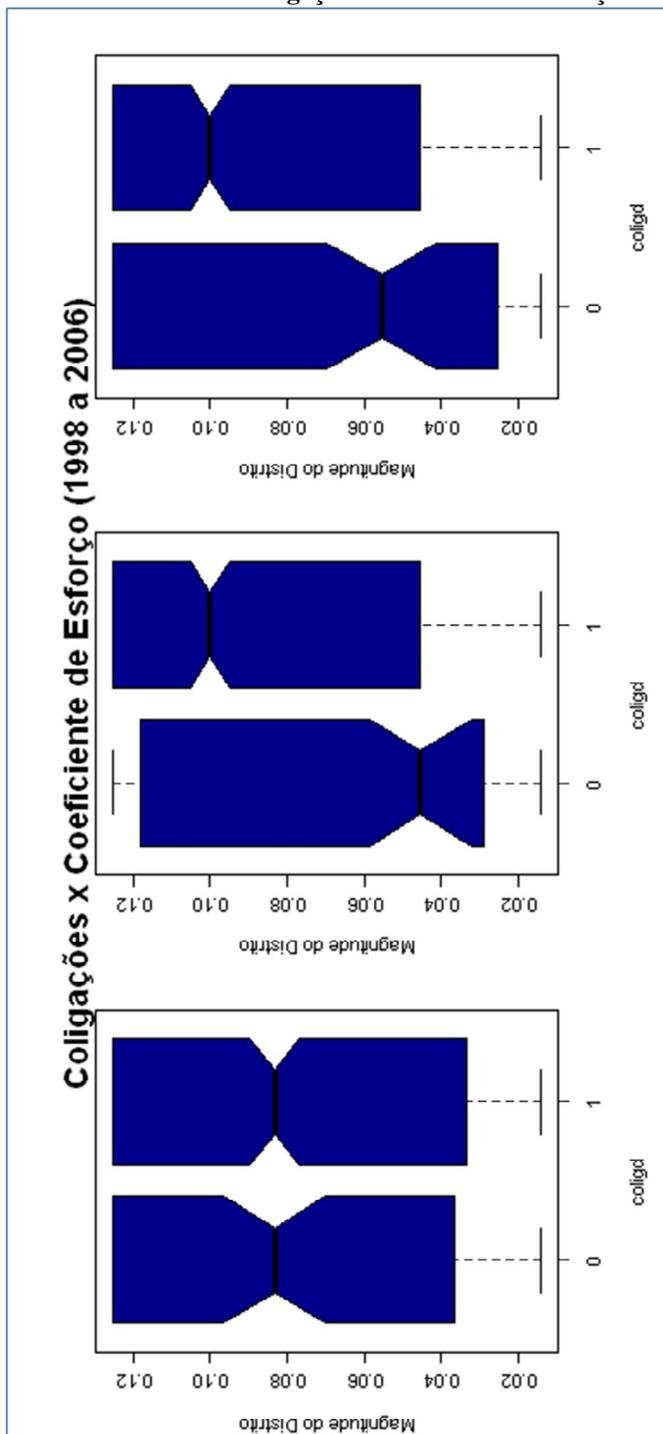
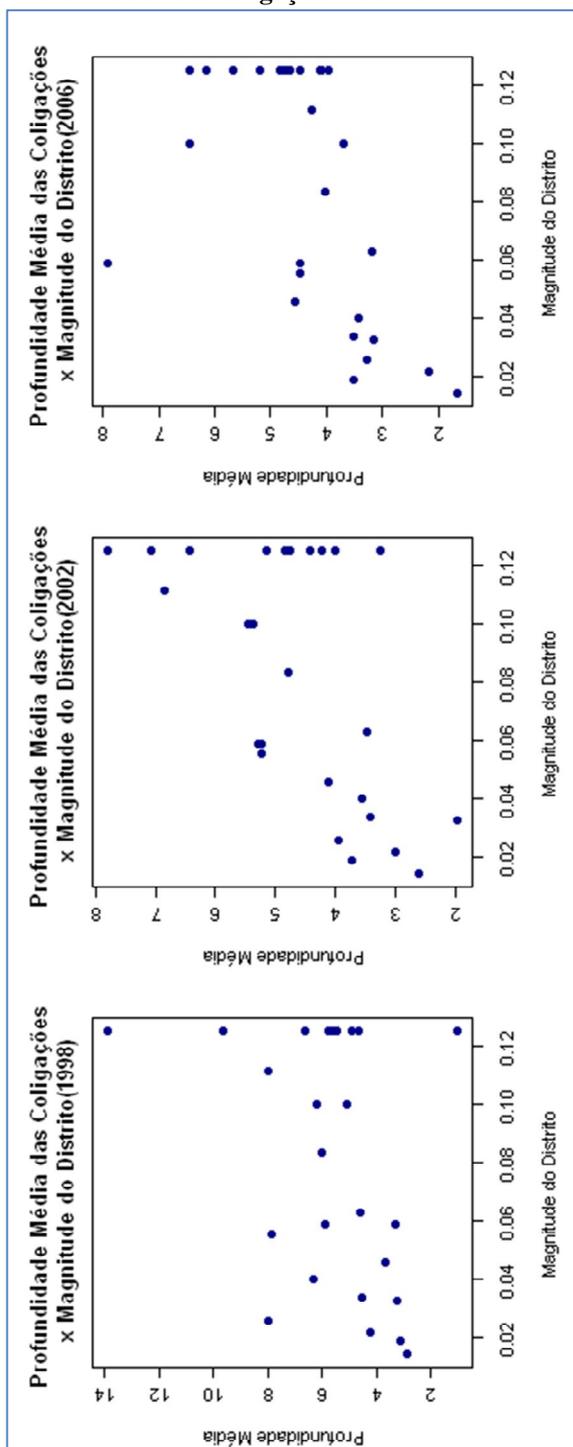


Figura 6
Profundidade das coligações x coeficiente de esforço



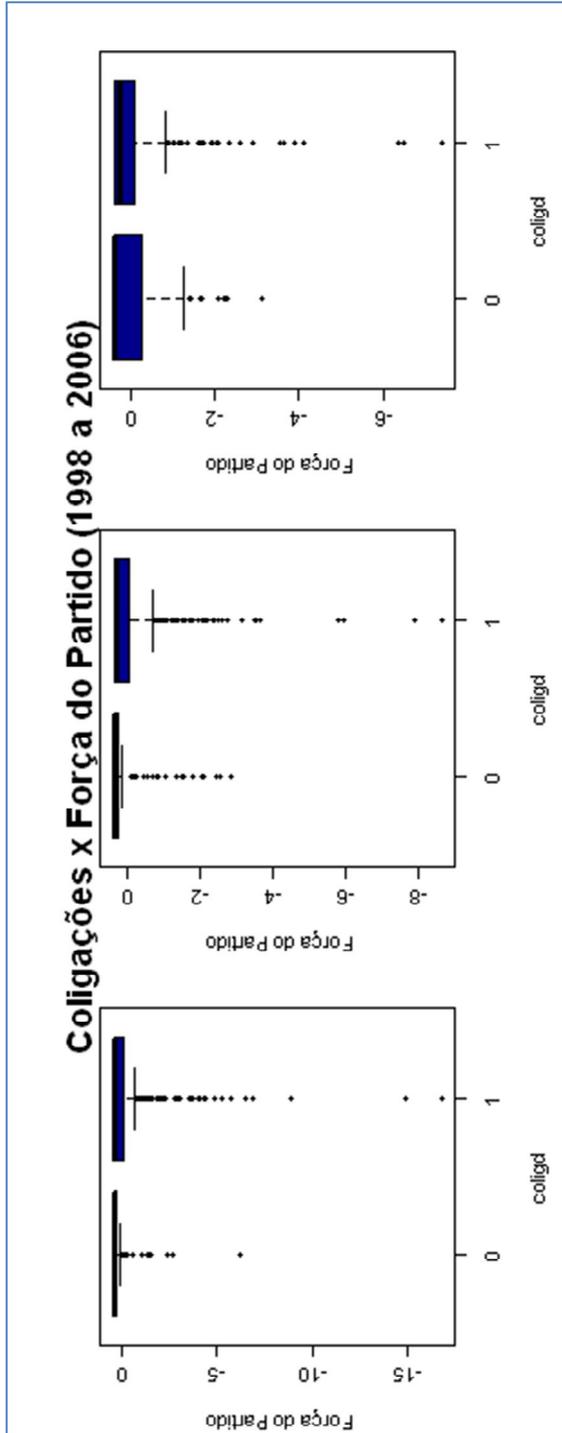
Como sugerem os gráficos, a influência da magnitude está confirmada pelos dados que coletamos conforme já sugerem Nicolau (1996), Fleischer (2006) e Schmitt (1999). Nossa segunda hipótese diz respeito à força do partido individualmente.

Hipótese 2: A chance e a profundidade das coligações são influenciadas pela força do partido.

Por força do partido consideramos uma extração do componente principal do número de votos na legenda, do número de votos totais e do fundo partidário dos últimos quatro anos imediatamente anteriores ao pleito²⁰. A princípio não temos um sinal esperado para o efeito dessa variável, já que um partido forte teria incentivos, tanto para se coligar quanto para não se coligar. Entretanto, se tomarmos um partido fraco, quase sempre ele tem incentivos para coligar-se com os outros (Fleischer, 2006). Em poucas palavras, os pequenos sempre aumentam suas chances eleitorais ao coligarem-se. Os grandes são ambíguos (ou seja, varia de acordo com cada caso). A nossa hipótese é que a chance é influenciada pela força do partido e, por um componente que varia conjuntamente com a força partidária: o lançamento de um candidato a governador na UF. Vejamos então os resultados para a indicadora de coligação:

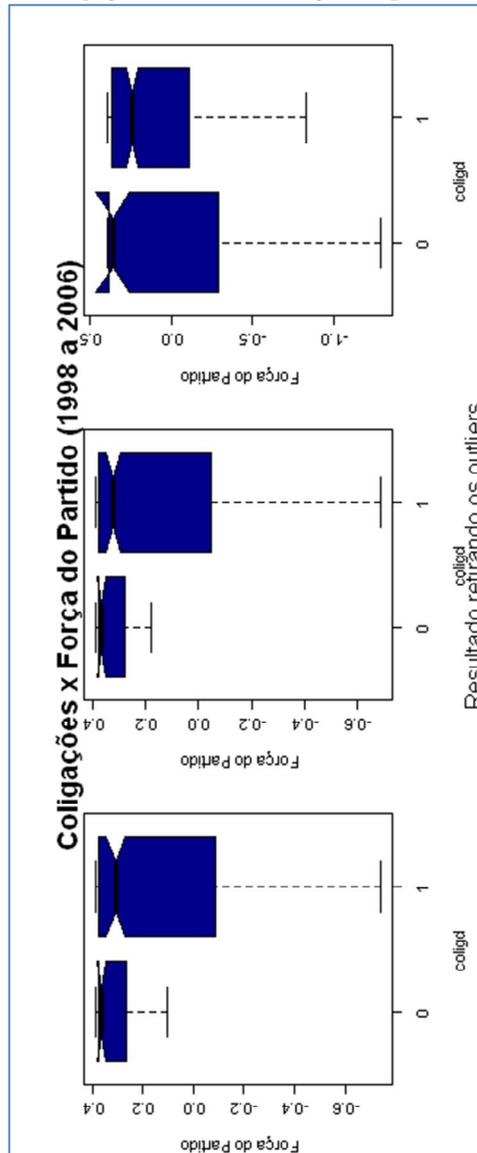
²⁰ O componente principal significa, matematicamente, a combinação linear que melhor representaria essas variáveis. Este componente principal extraído responde por 90,2% da variação das três variáveis, ou seja, funciona bem como representante das três variáveis.

Figura 7
Indicadora de coligação x índice de força dos partidos



Como o grande número de outliers acaba por distorcer a nossa compreensão sobre as hipóteses, o mesmo gráfico só que sem os casos discrepantes fica:

Figura 8
Indicadora de coligação x índice de força dos partidos (sem outliers)



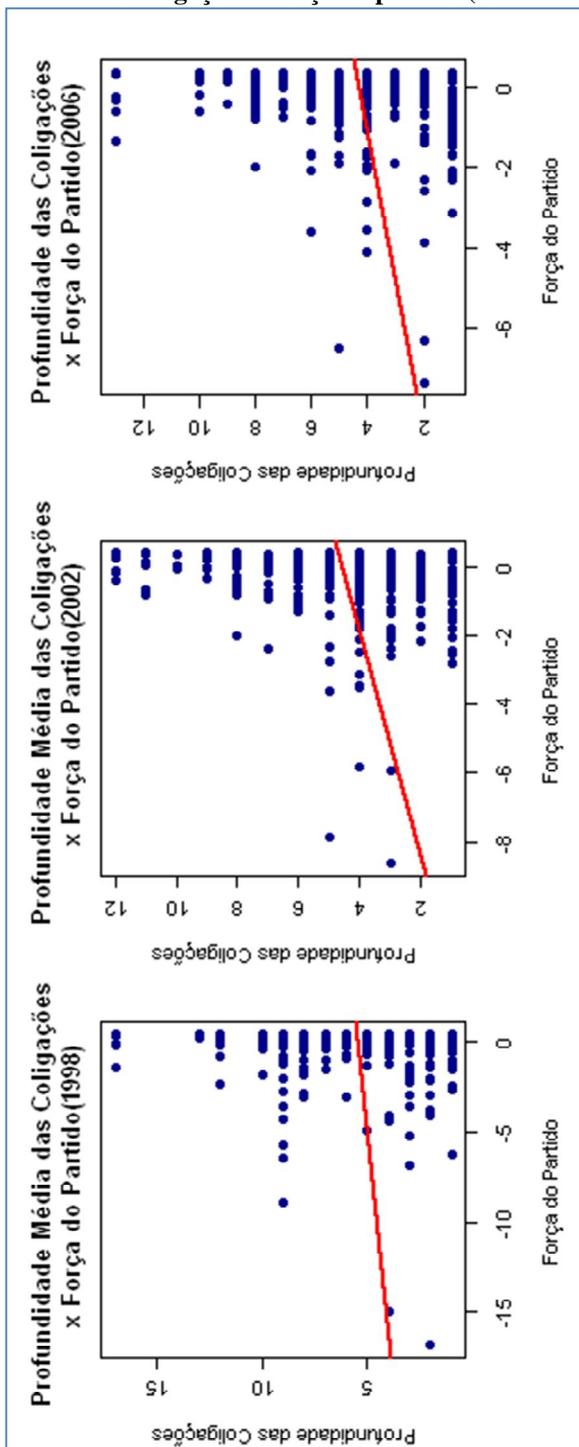
Conforme podemos ver, temos alguma evidência de que a força dos partidos possui o sentido suposto na literatura em geral, ou seja, partidos fortes se coligam ligeiramente menos que partidos fracos (embora os notches, ou seja, a saliência na mediana, que testa a hipótese nula de que as medianas seriam estatisticamente iguais, parecem estar se cruzando)²¹.

Analisemos agora a influência da força dos partidos na profundidade das coligações. Os dados apontam que apesar de serem menos freqüentes coligações para os partidos mais fortes que para os mais fracos, os partidos grandes quando se coligam, agregam vários partidos em torno de si, aumentando assim a profundidade das coligações de que participam, um resultado até então não percebido pela literatura.

²¹ Elas se cruzarem sugere que a hipótese nula está correta, ou seja, as medianas não são estatisticamente diferentes.

Figura 9

Profundidade das coligações x força do partido (com reta ajustada)



Outra hipótese importante diz respeito às estratégias iteradas entre os níveis de governo. Por exemplo, podemos supor que um partido, visando diminuir os concorrentes em nível majoritário, se coligues com outro, mesmo sabendo que perderá cadeiras com isso. Assim,

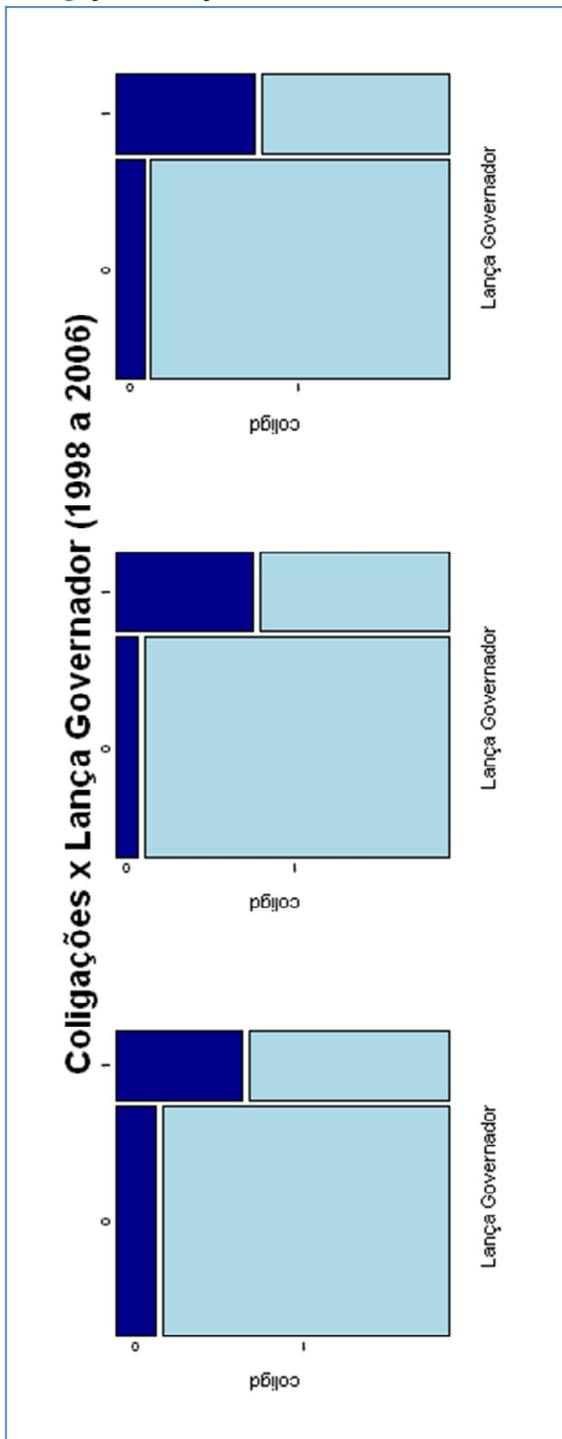
Hipótese 3: Partidos que lançam candidatos a governador tendem a agregar partidos em torno de si, aumentando assim a profundidade das coligações que realizam.

Essa hipótese testa tese de Lavareda (1999) de que os partidos que lançam candidatos a governador tendem a se coligar mais que os outros. De fato, temos a confirmação empírica, conforme podemos ver nos gráficos abaixo²²:

²² O primeiro gráfico é chamado de mosaico. Ele nada mais é do que a representação gráfica de uma tabela de contingência 2x2. Por exemplo, no eixo *x* temos se um partido não lança ou lança candidato a governador. No eixo *y*, se o partido coliga-se ou não. O quadrado do canto superior direito significa o partido que lança governador e não se coliga. A interpretação portanto é semelhante a da tabela de contingência.

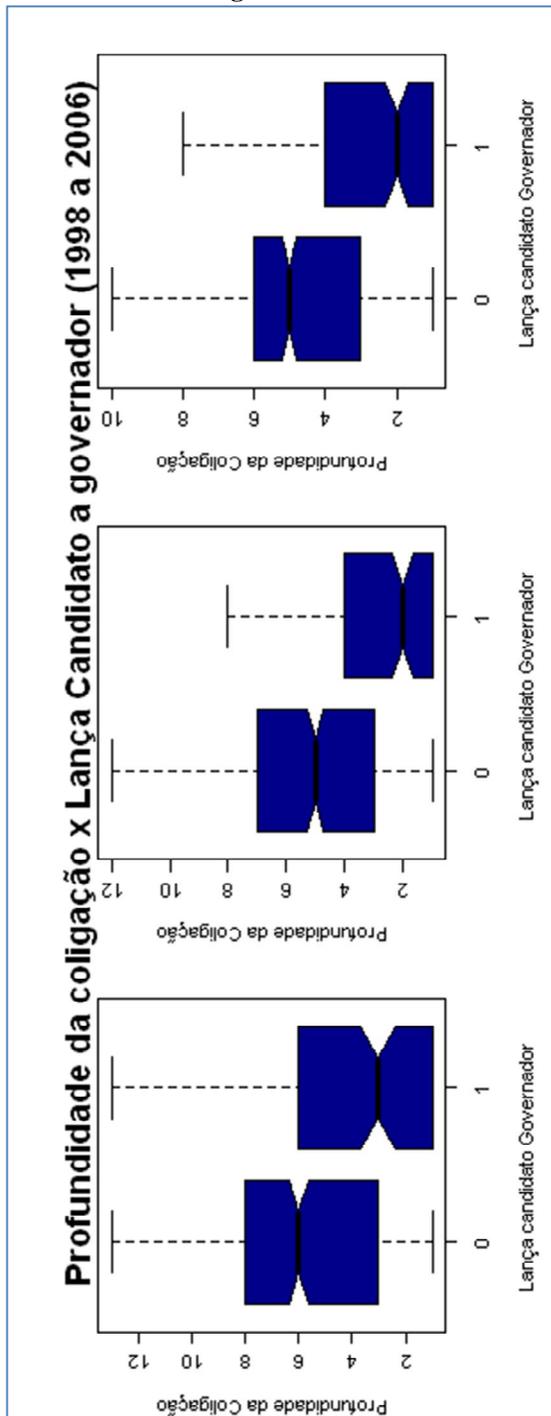
Figura 11

Indicadora de Coligação x Lançamento de Candidato a Governador no período



Se a decisão de se lançar candidato a governador não tivesse efeito sobre a decisão dos partidos de se coligar, esperaríamos que a proporção de partidos coligados não se alterasse conforme os partidos decidem lançar candidato a governador. E se, em acordo com a literatura, a decisão de lançar candidato aumentasse a chance de coligação, a proporção de partidos coligados seria maior entre os partidos que lançaram candidatos que entre os que não lançaram. Contudo, os dados mostram o contrário disso. Os partidos que lançam candidatos tendem a se coligar menos que os que não lançam.

Figura 12
Profundidade das coligações x indicadora de lançamento de candidato a governador



Do mesmo modo, os partidos que lançam candidatos a governador tendem a apresentar menor profundidade média nas coligações. Estes resultados contrariam as teses de Lavareda (1999) de que as estratégias visariam “amealhar apoio de pequenas legendas” (Lavareda, 1999, p. 126). Uma possível explicação para o resultado seria o fato de que um partido com candidato a governador forte teria um poder de barganha considerável e sendo assim, não entraria em qualquer coligação. Ainda, pode-se argumentar que o resultado seria inflacionado pela existência de pequenos partidos, que não tem intenção maximizadora, e assim aumentaria o número de partidos não-coligados que lançam governador. Controlando então a hipótese para partidos que ganharam acima de 1% dos votos temos:

Figura 13
Indicadora de coligações x indicadora de lançamento de governador (acima de 1% dos votos)

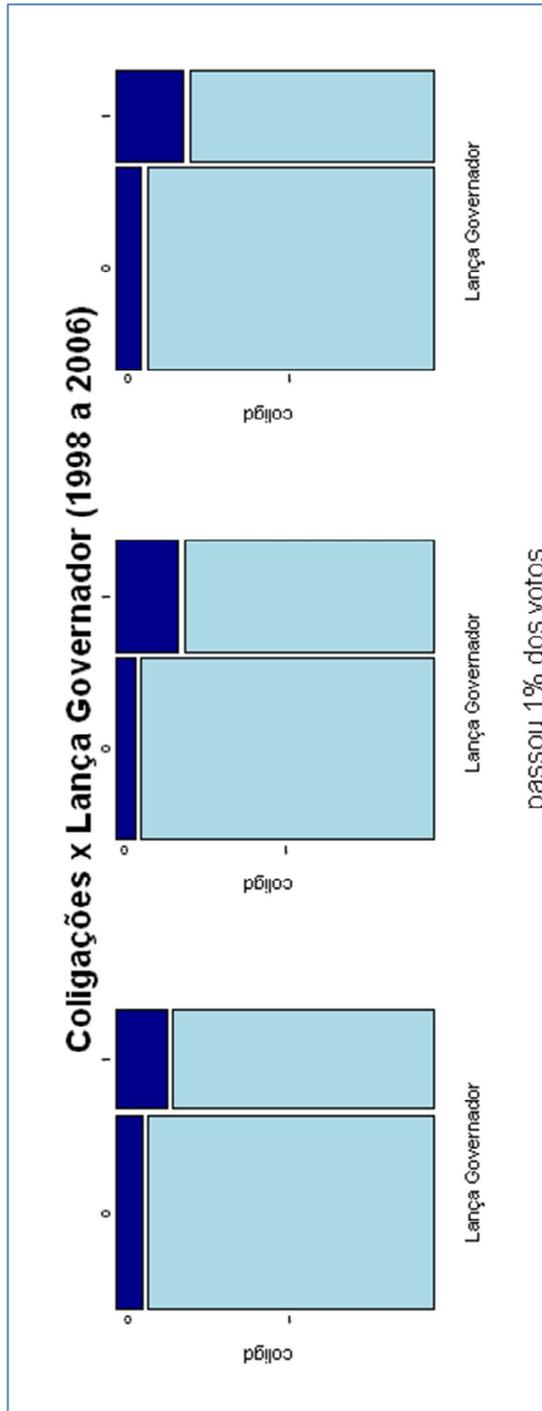
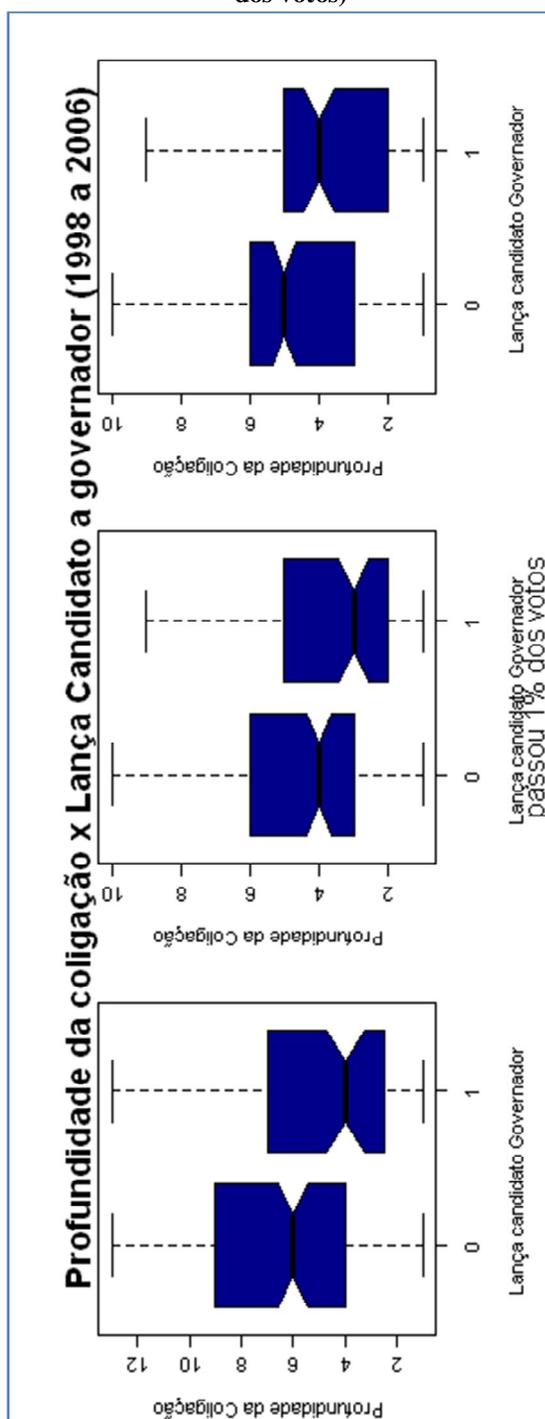


Figura 14
Indicadora de lançamento de governador x profund. da coligação (acima de 1% dos votos)



Ou seja, os resultados ficam menos robustos, mas continuam significativos²³ na direção inversa das hipóteses de Lavareda (1999).

Por fim, seguindo a influência de Soares (1964), Dantas e Praça (2004), Carreirão (2006) e Dantas (2007), podemos também esperar que haja alguma influência ideológica nas coligações. Ainda que os partidos levem mais em conta ganhar votos, em um ambiente de informação imperfeita, é plausível supor que os partidos incorporem em suas estratégias crenças sobre os efeitos que teriam as coligações em suas bases fiéis. Portanto, temos a seguinte hipótese.

Hipótese 4: A chance de se coligar é tanto maior quanto menor sua resistência ideológica, ou seja, menor a distância de seu ponto ideal ao ponto ideal da coligação mais próxima do mesmo.

Para medir distância ideológica vamos usar as aferições de pontos ideais a partir das indicações de lideranças partidárias no âmbito da Câmara dos Deputados usando os escores obtidos com o W-Nominate para os anos de 1994-98, 1998-2002 e 2002-06²⁴, ou seja, a posição no espectro ideológico será a posição nas decisões nas legislaturas imediatamente anteriores ao pleito²⁵.

²³ Significativos para a mediana, conforme o *notch*. Ver nota 18.

²⁴ Dados obtidos a partir do banco de votações nominais do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento).

²⁵ O uso de pontos ideais, e sua relação com ideologia, nem sempre são claros. Entretanto, as classificações manuais não são melhores que os pontos ideais nesse quesito.

Figura 15
Indicadora de coligação x resistência ideológica

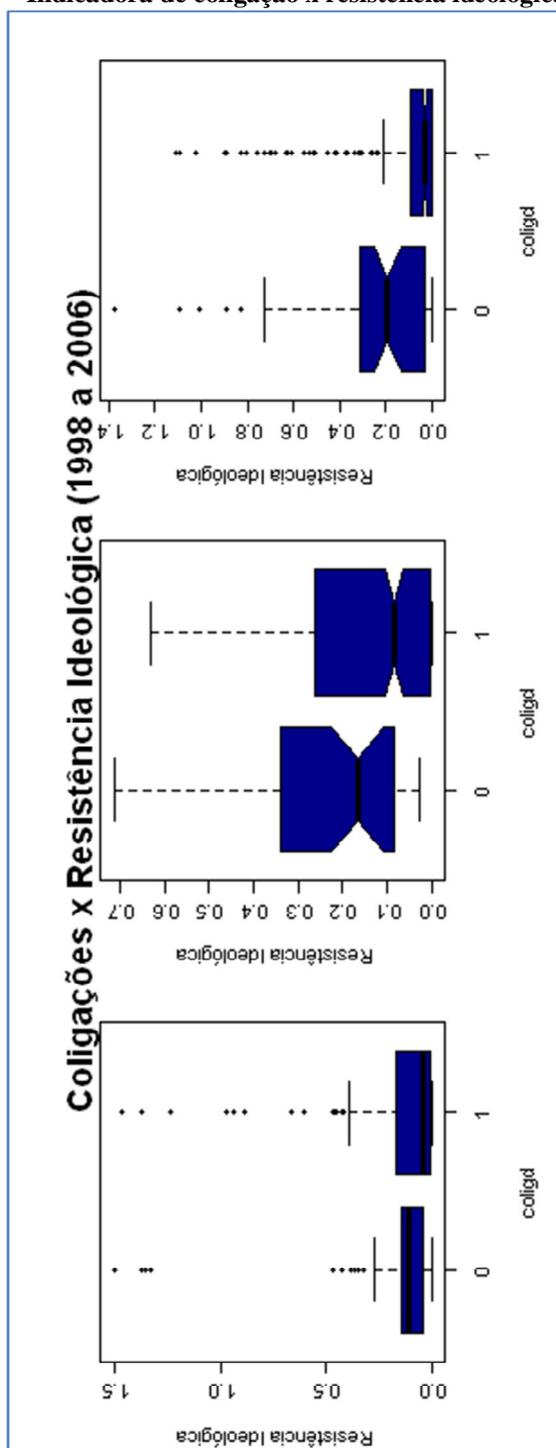
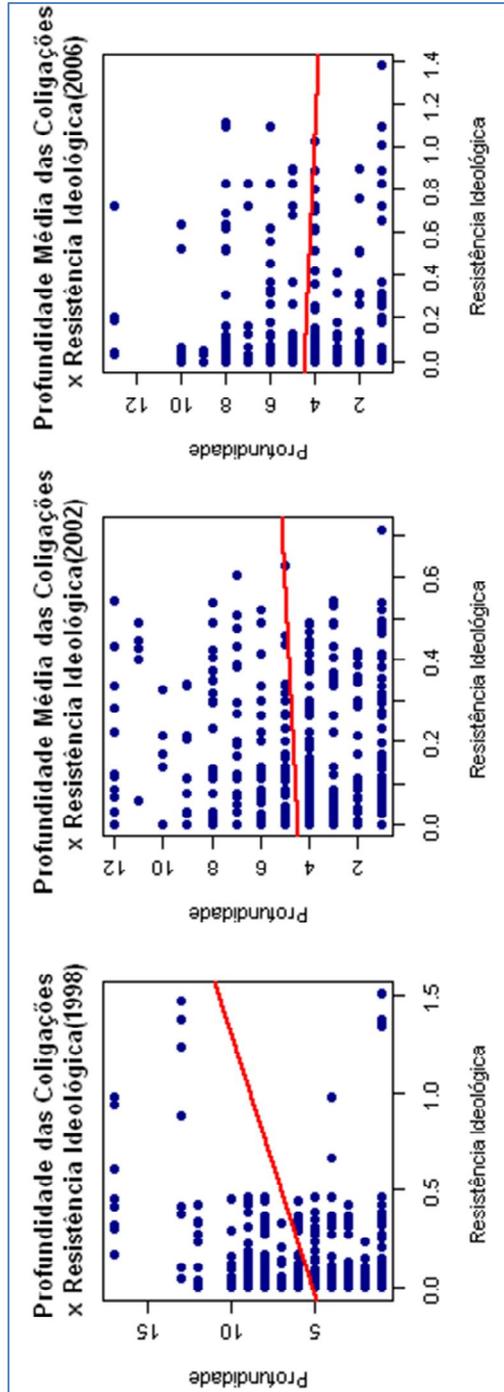


Figura 16
Profundidade de coligações x resistência ideológica



Ou seja, no primeiro ano da série os resultados indicam o contrário: resistência ideológica influenciou a se coligarem²⁶ e de fato, aumentou a profundidade. Ou seja, não parece ser um problema, pelo menos para 1998, a distância ideológica e seus efeitos sobre a chance de se coligar. Podemos, entretanto ver que isso se reverte para 2002 e 2006, ou seja, em 2002 e mais consistentemente, em 2006, a proporção de partidos coligados diminui com relação à resistência ideológica. Controlando para o partidos que passaram 1% dos votos temos:

²⁶ Provavelmente questões sobre a mensuração aparecerão. Assim, vale explicar que a medida de resistência ideológica é composta tomando o valor absoluto da distância entre o ponto ideal do partido e das coligações na UF. O valor que ficaria é o mínimo desta distância. A suposição por detrás é que, se um partido fosse coligar-se, ele o faria com a coligação que estivesse mais perto de si. Quando se coligou, é a distância do mediano da coligação.

Figura 17
Indicadora de coligação x resistência ideológica (partidos com mais de 1% dos votos)

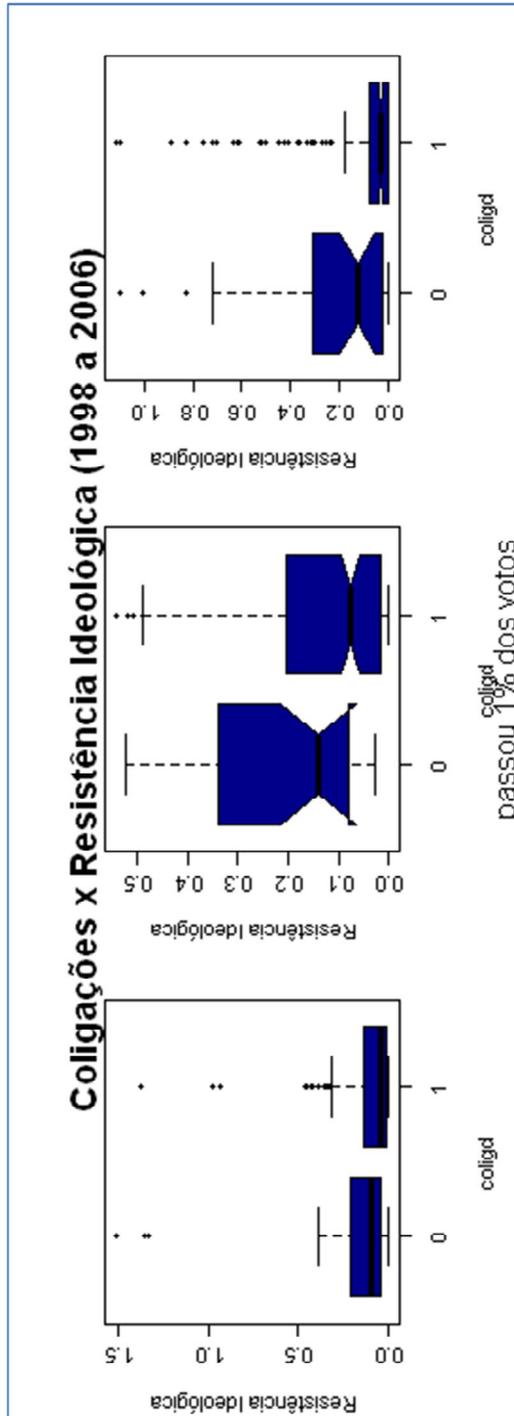
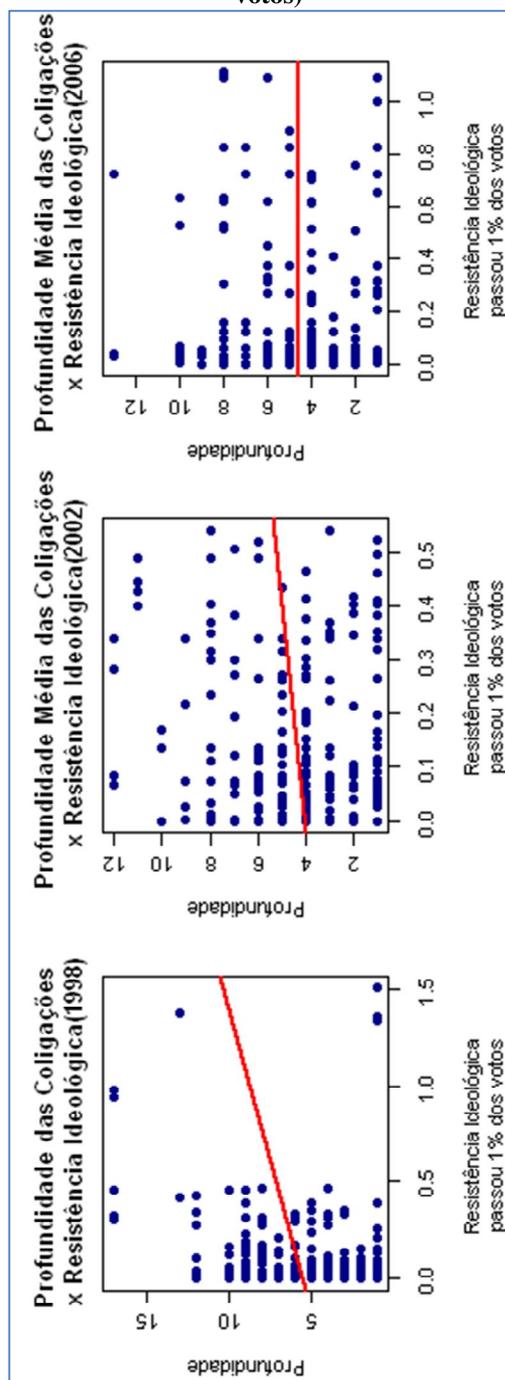


Figura 18
Profundidade de coligações x resistência ideológica (partidos com mais de 1% dos votos)



Ou seja, quando controlamos para tamanho dos partidos, vemos que a proporção de coligações torna-se sensível para as questões ideológicas. De qualquer modo, só a proporção, a profundidade das coligações parece ser afetada de forma contrária, ou seja, isso sugere que a chance de se coligar torna-se menor, mas uma vez coligado, a profundidade pode variar muito, e ainda assim não entrar no cálculo dos partidos. Vale notar que, temporalmente falando, as coligações parecem tornar-se consistentes. Os dados não permitem uma inferência robusta, mas sugerem que ideologia parece ter algum peso na política de coligações.

Assim, os nossos testes sugerem que os partidos levam em conta variáveis um conjunto grande de variáveis em suas estratégias. Como podemos ver, uma mistura de restrições institucionais, ligadas ao coeficiente de esforço e, portanto, à magnitude do distrito eleitoral, juntamente com variáveis partidárias, como a força dos partidos e o lançamento de candidato em cargo majoritário (controlado, em nosso caso, para Governadores) em conjunto com ideologia estariam influenciando de modo decisivo as estratégias dos partidos. Sendo assim, ficaria a pergunta sobre possíveis efeitos interados destas variáveis. Nosso modelo para coligação inclui uma gama de variáveis que, mesmo tendo magnitude como pivô, se mostra bem completo e robusto na conexão entre os principais motivos que levam partidos a se coligarem. Temos então substrato para compor um modelo mais complexo, em que poderemos testar cada uma destas hipóteses separadamente e eliminando o efeito iterado que elas têm sobre si.

ESTIMANDO O EFEITO CONJUNTO DAS VARIÁVEIS

Podemos concordar que as variáveis enunciadas participam ativamente das decisões sobre coligações e da explicação sobre a profundidade das coligações. O problema central é que, tal como foi exposto acima, não isolamos o efeito individual de cada componente sobre as nossas variáveis dependentes. De certo modo, alguém poderia perguntar sobre uma possível falha no modelo, por não dar conta da interação conjunta das variáveis explicativas na previsão da chance de um partido se coligar, bem como na previsão da profundidade das coligações em determinados Estados.

Desta forma, a discussão anterior sugere um modelo consistente para prever a probabilidade de um partido entrar em uma coligação. O modelo sugerido pela análise é, portanto:

$$\text{coligd} = f(\text{cesf}, \text{fpart}, \text{lg}, \text{resistid}, \text{vertic})$$

onde f é a função logística, dada por:

$$f(\mathbf{x}) = \frac{1}{1 + e^{-\mathbf{x}'\beta}}$$

E as variáveis são respectivamente cesf , ou seja, o coeficiente de esforço necessário ao partido para passar o quociente eleitoral na UF; fpart a força do partido, computada a partir do total de votos obtidos pela legenda na UF; LG , uma indicadora do lançamento ou não de candidato a governador; resistid , que é a medida da resistência ideológica de compor

uma coligação na UF (medida tomando a norma do escore extraído pelo W-Nominate²⁷) e, por fim *vertic*, uma indicadora que captura a variação institucional que ocorre com a imposição da verticalização pelo TSE. O resultado do modelo segue abaixo:

Tabela 1
Modelo logístico não restrito para a probabilidade de coligação

Modelo Não-Restricto					
	Estimado	EP	z	Pr(> z)	
(Intercepto)	1,0198	0,2376	4,292	1,77E-05	***
<i>cesf</i>	17,1581	2,4847	6,906	5,00E-12	***
<i>fpart</i>	-0,388	0,1016	-3,819	0,000134	***
<i>lgl</i>	-1,6332	0,1981	-8,244	2,00E-16	***
<i>resistid</i>	-2,2882	0,3589	-6,375	1,83E-10	***
<i>vertic1</i>	0,6875	0,1951	3,525	0,000424	***

[Desvio Nulo (940,17), gl 1154; desvio residual (790,69) gl 1149, AIC: 802,69]

Nota: *** sig. a 0.001

Ou seja, quanto maior o coeficiente de esforço maior a chance de se coligar; quanto maior a força do partido, menor a chance de se coligar do partido; quando lança candidato a governador, menor a chance de se coligar; e ainda, quanto maior a resistência ideológica, menor a chance de se coligar. Junto a isso, no período de verticalização imposta pelo TSE, a chance de se coligar, na verdade, aumentou. Restringindo os resultados para os partidos maiores (que passaram 1% dos votos), temos:

²⁷ Tomamos a norma, pois assim, zero seria o centro e tudo que for maior que zero estaria tendendo ou para a direita ou para a esquerda e, portanto, se tornando mais ideológico.

Tabela 2
Modelo logístico para as coligações (restrito para +1% dos votos)
 Modelo Restrito (Partidos com +1% dos Votos Válidos)

	Estimado	EP	z	Pr(> z)
(Intercepto)	1,4123	0,3568	3,959	7,54E-05 ***
cesf	21,7903	3,6286	6,005	1,91E-09 ***
<i>fpart</i>	-0,1673	0,1058	-1,582	0,114
<i>lgl</i>	-1,0796	0,2624	-4,115	3,88E-05 ***
<i>resistid</i>	-2,7516	0,479	-5,744	9,22E-09 ***
vertic1	0,0154	0,284	0,054	0,957

[Desvio Nulo (544,85) em 776 gl; desvio residual (460,91) em 771 gl;
 AIC: 472,91]

Nota: *** sig. a 0.001

As principais relações se mantêm, com ligeiro aumento da importância do coeficiente de esforço e da resistência ideológica (ou seja, os partidos maiores estão preocupados, ao mesmo tempo, com suas estratégias de maximização de votos e com suas bases fiéis²⁸). Ainda, podemos ver que os pseudo-R² são baixos²⁹. Ainda assim, o modelo é extremamente robusto em sua capacidade preditiva, como podemos ver pelos count-R² reportados abaixo³⁰:

²⁸ Uma hipótese alternativa pode ser pensar que na verdade não é a resistência ideológica e sim o fato de que os partidos fortes tendem a ser oponentes eleitorais mais frequentes, e isso foi captado pela resistência ideológica.

²⁹ Basta tomar um menos o desvio residual dividido pelo desvio nulo. Entretanto, alertamos o leitor para o fato de que o R² nem sempre é uma boa estatística na hora de discriminar um modelo. Ver, e. g., Figueiredo Filho et al., 2011.

³⁰ O count-R² é uma medida da proporção de acertos do modelo. Um acerto para o modelo significa classificar, a partir de um limite dado, um caso corretamente. Por exemplo, se definirmos o limite como sendo acima de 50% predito decidimos que o partido se coliga e abaixo que não se coliga, quando um partido passa de 50% de chance de se coligar e observamos que o partido se coligou, nossa classificação foi correta. Quando o modelo estima mais de 50% de chance de se coligar e observamos que um partido não se coligou, o modelo errou. O count-R² é uma medida do número de acertos que obtemos quando usamos o modelo.

Tabela 3
Count-R² para os modelos logísticos

Count R ² Modelo Não-Restrito			Count R ² Modelo Restrito		
Observado			Observado		
Predito	NãoColiga	Coliga	Predito	NãoColiga	Coliga
NãoColiga	28 75,7%	9 24,3%	NãoColiga	8 66,7%	4 33,3%
Coliga	135 12,1%	983 87,9%	Coliga	79 10,3%	686 89,7%
Total		87,5%	Total		89,3%

Desta forma, vemos que o modelo é consistente e inovador ao incorporar, além de características institucionais, ideologia e seus efeitos sobre as chances de um partido entrar em uma coligação. Ainda, apresenta uma boa capacidade preditiva, medida pelo count-R², acima de 85% nos dois modelos³¹.

Quanto à profundidade das coligações, um modelo para captar a profundidade nas UFs ficaria:

$$\lambda = g(\text{cesf}, \text{fpart}, \text{lg}, \text{resistid}, \text{vertic})$$

Onde g é um modelo (no caso vamos usar um linear simples, ou seja, nos parâmetros e nas variáveis) para a esperança da função Poisson, mais adequada quando estamos lidando com dados que envolvem a contagem de partidos em uma coligação. Assim, a probabilidade de encontrarmos uma dada profundidade de coligações, digamos, é:

³¹ Com os dados acima pode se ver facilmente a capacidade explicativa do modelo nulo.

$$\text{Prob}(x; \lambda) = \frac{e^{-\lambda} \lambda^x}{x!}$$

Vejamos então os resultados do modelo³²:

Tabela 4
Modelo para a profundidade das coligações

Modelo Poisson (Não-Restrito)				
	Estimado	EP	z	Pr(> z)
(Intercept)	1,439	0,039	36,709	2,00E-16 ***
cesf	4,009	0,341	11,759	2,00E-16 ***
<i>fpart</i>	-0,026	0,011	-2,325	0,020 *
<i>lgl</i>	-0,338	0,033	-10,161	2,00E-16 ***
resistid	0,117	0,057	2,054	0,040 *
<i>verticl</i>	-0,215	0,029	-7,480	7,44E-14 ***

[Desvio Nulo (2107,4) em 1161 gl; desvio residual (1780,9) em 1156 gl, AIC: 5554.4]

Nota: *** sig. a 0.001; * sig a 0.05.

Como podemos ver, as relações são muito semelhantes e os sinais também. As principais discrepâncias são que a resistência ideológica parece não contar de modo semelhante ao que conta na explicação da probabilidade de se coligar. De fato, a profundidade das coligações, segundo o modelo tem sua média incrementada pelo aumento da resistência ideológica. Ainda, nos anos de verticalização, a profundidade foi ligeiramente menor. Considerando um modelo restrito, ou seja, onde aparecem apenas os partidos que tiveram mais de 1% dos votos do distrito, temos:

³² O teste de sobredispersão não apresentou essa violação. Isso significa que ajustar uma Poisson é melhor que, por exemplo, ajustar uma Binomial Negativa para esses dados.

Tabela 5
Profundidade das coligações (modelo restrito)
 Modelo Poisson Restrito (+1% dos Votos Válidos)

	Estimado	EP	z	Pr(> z)	
(Intercepto)	1,480	0,049	29,966	2,0E-16	***
cesf	4,040	0,415	9,724	2,0E-16	***
fpart	0,005	0,013	0,363	7,2E-01	
<i>lgl</i>	-0,184	0,037	-4,986	6,2E-07	***
resistid	0,102	0,076	1,348	1,8E-01	
<i>verticl</i>	-0,269	0,035	-7,655	1,9E-14	***

[Desvio Nulo (1287,4) de 776 gl; desvio residual (1080,3) de 771 gl;
 AIC: 3634,3]

Nota: *** sig. a 0.001

Ou seja, no modelo restrito deixamos de ter o efeito da resistência ideológica e da força dos partidos. A falta de efeito de resistência ideológica é complexa de se interpretar (acreditamos que seja devido ao fato de os partidos, como mais fortes, não se importarem com a profundidade e sim com coligar-se ou não). A força dos partidos pode ser explicada porque quando fazemos o modelo restrito, os únicos partidos que sobram são mais ou menos fortes, e assim, homogêneos entre si.

Desse modo, vimos que um modelo bem simples, e ao mesmo tempo robusto (mais na previsão da chance de se coligar que no número de coligações³³) pode ser construído a partir da literatura e, principalmente, que existe espaço para englobar, no mesmo modelo, incentivos institucionais (magnitude do distrito, lançamento de governador, força de partidos) e restrições ideológicas, gerando um modelo mais completo, que nos mostra um quadro melhor das variáveis

³³ O leitor pode conferir calculando os pseudo R² a partir dos desvios dos modelos.

envolvidas no cálculo da chance de se coligarem, bem como na profundidade de coligações.

CONCLUSÃO

A pesquisa empreendida até aqui nos leva a concluir que, em primeiro lugar, podemos compor medidas que sejam coerentes e captem as estratégias dos partidos, dadas as suas restrições institucionais, que acabam sendo sempre mais decisivas em suas escolhas, sem ignorar aspectos ideológicos da composição de alianças pré-eleitorais.

De fato, concordamos que as estratégias estão sempre condicionadas ao aumento das chances eleitorais. Supor que as estratégias pré-eleitorais, em um ambiente institucionalmente constricto, visam maximizar os resultados eleitorais é supor que os partidos são racionais, desenham suas estratégias visando sempre conseguir um ótimo resultado para as eleições, algo que é intuitivo e em geral tomado como dado, pois a negativa seria assumir que partidos, eminentemente eleitorais, não se importariam com eleições, ou seja, desvirtuaria completamente seus papéis na arena política.

Da mesma forma, muitos estudiosos aceitam como intuitivo o papel ideológico dos partidos. De nosso lado, mostramos que podemos incorporar estas suposições na explicação de seu comportamento estratégico sem desvirtuar seu papel principal, ou seja, vencer eleições. Ainda como supomos, a capacidade explicativa do cálculo ideológico é naturalmente inferior, o que não indica que ideologia não importa no cálculo partidário, e sim, que maximizar votos importa e, na medida em que ideologia se torna uma restrição ao comportamento maximizador dos partidos, eles levam em conta esta componente em suas decisões pré-

eleitorais. Portanto, suas estratégias são racionais e sua racionalidade envolve a capacidade de mensuração de custos e benefícios eleitorais das diversas estratégias, constrictos a restrições institucionais-legais, bem como a restrições de caráter ideológico-político.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARON, David P. “Electoral competition with informed and uninformed Voters”. *American Political Science Review*, 88(1): pp. 33–47, 1994.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. “Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina”. *Opinião Pública*, v. 12, nº 1, 2006, pp. 136-63.
- CHAMBERS, J. M., W. S. CLEVELAND, B. KLEINER, e P. A. TUKEY. *Graphical Methods for Data Analysis*. Wadsworth & Brooks/Cole, 1983.
- DANTAS, Humberto e Sérgio PRAÇA. “Pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000”. *Leviathan: cadernos de pesquisa política*, nº 1, 2007, pp. 181-200.
- DANTAS, Humberto. *Coligações em eleições majoritárias municipais: a lógica do alinhamento dos partidos políticos brasileiros nas disputas de 2000 e 2004*. Tese de Doutorado. USP, 2007 (disponível em teses.usp.br).
- FIGUEIREDO, Marcus. “Competição Eleitoral: eleições casadas, resultados solteiros”. *Monitor Público*, nº 2, 1994, pp. 21-7.
- FIGUEIREDO FILHO, Dalson Britto; José Alexandre SILVA JR; Enivaldo Carvalho ROCHA. “What is R² all about?” *Leviathan*, nº 3, 2011, pp. 60-68.
- FLEISCHER, David. “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma Teoria”. In: Leonardo Avritzer e Fátima Anastasia (orgs.), *Reforma política no Brasil*. Belo Horizonte: Editora da UFMG / PNUD, 2006, pp. 142-
- LAVAREDA, Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário eleitoral brasileiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ / Ed. Revan, 2ªed. 1999.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *Os partidos políticos brasileiros: a*

experiência federal e regional: 1945-64. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1983.

MIRANDA, Geralda Luiza de. “A Influência da Dinâmica Eleitoral sobre o Comportamento dos Partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal”. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 52, nº 4, 2009, pp. 911-59.

NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro (1985-1994)*, Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

SCHMITT, Rogério. *Coligações eleitorais e sistema partidário no Brasil*. Tese de Doutorado. IUPERJ, 1999.

SCHMITT, Rogério. “O estudo sobre alianças e coligações eleitorais na Ciência Política brasileira”. In: Suzana Krause e Rogério Schmitt (orgs.), *Partidos e Coligações Eleitorais no Brasil*. São Paulo: Editora Unesp / Konrad Adenauer, 2005, pp. 11-27.

SOARES, Gláucio Ary. “Alianças e coligações eleitorais: notas para uma teoria”. *Revista Brasileira de Estudos Políticos*, nº 17, 1964, pp. 95-124.